



RESOLUÇÃO GPGJ nº 1.613

DE 22 DE SETEMBRO DE 2010.

Ver [Resumo e Detalhes do Ato Normativo](#).

Altera parcialmente os Quadros de Detalhamento das Receitas e das Despesas Orçamentárias do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para o exercício de 2010.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 5º da Lei nº 5.632, de 04 de janeiro de 2010¹, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2010;

CONSIDERANDO a Resolução GPGJ nº 1.557, de 12 de janeiro de 2010, que aprovou os Quadros de Detalhamento das Receitas e das Despesas Orçamentárias do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para o mesmo exercício, e

CONSIDERANDO o Decreto n.º 42.612, de 2 de setembro de 2010, que abriu crédito suplementar no valor de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões reais) ao orçamento do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro,

RESOLVE

Art. 1º – Ficam parcialmente alterados, na forma do Anexo, os Quadros de Detalhamento das Receitas e das Despesas Orçamentárias do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, para o exercício financeiro de 2010.

¹ Lei Estadual nº 5.632 /2010: “Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares com a finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias dos Orçamentos Fiscal e o da Seguridade Social, tendo por limite a utilização de recursos decorrentes de: a) cancelamento de recursos fixados nesta Lei, até o limite de 25% do total da despesa, por transposição, remanejamento ou transferência integral ou parcial de dotações, inclusive entre unidades orçamentárias distintas, criando, se necessário, os grupos de despesa relativos a “Outras Despesas Correntes”, “Investimentos” e “Inversões Financeiras”, respeitadas as disposições constitucionais e os termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; b - excesso de arrecadação, eventualmente apurado durante o exercício financeiro; c - superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; d - operações de crédito autorizadas e/ou contratadas durante o exercício; e - dotações consignadas à reserva de contingência; e f - recursos colocados à disposição do Estado pela União ou outras entidades nacionais ou estrangeiras, observada a destinação prevista no instrumento respectivo. Parágrafo Único. Os Poderes Judiciário e Legislativo, o Ministério Público Estadual e o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, ficam autorizados a realizar transposições, remanejamentos ou transferências de dotações, dentro de suas respectivas unidades orçamentárias, no mesmo limite previsto na alínea “a” deste artigo, exceto em dotações consignadas a despesas com pessoal e encargos.”



Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2010.

Cláudio Soares Lopes
Procurador-Geral de Justiça

Anexo à Resolução GPGJ nº 1.613 , de 22 de setembro de 2010.

Orgão: MINISTERIO PUBLICO					Exercício: 2010	
Unidade Orçamentária: MINISTERIO PUBLICO					Código: 1001	
PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DA DESPESA	ESF	FUNTE	DOTAÇÃO ATUAL (R\$)	VALOR SUPLEMENTADO PELO DECRETO n.º 42.612/10 (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)
1001.03.091.0027.2109 Defesa dos Direitos e Interesses da Sociedade	3.3.90.00 Aplicações Diretas	F	00	6.242.000,00	900.000,00	7.142.000,00
1001.03.122.0028.2162 Manutenção, Reparelhamento e Expansão do MP	3.3.90.00 Aplicações Diretas	F	00	122.716.400,00	12.100.000,00	134.816.400,00
TOTAL				128.958.400,00	13.000.000,00	141.958.400,00



Detalhes do Ato Normativo

[Voltar ao Título](#)

Espécie:	<u>Resolução</u>
Origem:	GPGJ – Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Número:	<u>1.613</u>
Data:	22/09/20120
D.O.:	<u>D.O.E.R.J. de 23/09/2010</u>
Publicação:	23/09/2010
Republicação:	-
Vigência:	Sim
Alterações:	-
Procedimento Administrativo:	-
Área:	Legislação Institucional - Área Administrativa
Tema:	Orçamento e Finanças
Assunto:	Quadros de Receitas e Despesas
Resumo:	A Resolução altera parcialmente os Quadros de Detalhamento das Receitas e das Despesas Orçamentárias do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para o exercício de 2010, aprovados pela <u>Res. GPGJ nº 1.557 /2010</u> .
Leitura Correlata: (pesquisar mais)	-
Estruturas Correlatas: (ver <u>organograma</u>)	<u>Secretaria de Orçamento e Finanças</u>
Notas da Comissão de Consolidação dos Atos Normativos:	-
Revisões:	-